

PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ESTUDO PRELIMINAR SOBRE A OFERTA DE PROGRAMAS DE PROFISSIONALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS

Dayane Franciele Crisóstomo, Rosemary Akiko Ishibashi Tamura, Júlia Pires Chakkour, Rosé Colom Toldrá, Maria José Comparini Nogueira de Sá

Pontifícia Universidade Católica de Campinas/Faculdade de Terapia Ocupacional, Av. John Boyd Dunlop s/nº Campinas SP, e-mail dayane.cris@puccampinas.edu.br

Resumo- Este estudo é fruto das atividades de iniciação científica desenvolvidas por alunos da graduação em Terapia Ocupacional da PUC-Campinas. Nesta fase preliminar da pesquisa enfatizou-se o levantamento das propostas de profissionalização desenvolvidas pelas instituições para pessoas com deficiência e aquelas que incluem esta população. Para o levantamento das instituições que desenvolvem propostas de profissionalização realizou-se consultas a listas telefônicas e nos dados disponíveis eletronicamente para posterior contato telefônico com as instituições. Para a análise das informações utilizou-se de estudos sobre a legislação nacional, recomendações internacionais, base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2000 e sobre a situação laboral de pessoas com deficiência no país. Os resultados apontam dificuldades para obter informações nestas instituições e, ainda, que o município dispõe de poucos programas de profissionalização. O estudo mostra uma escassez de projetos nesse campo, apesar do avanço da legislação nacional.

Palavras-chave: Profissionalização; Trabalho, Pessoa com deficiência; Terapia Ocupacional.
Área do Conhecimento: IV Ciências da Saúde

Introdução

O presente trabalho visa estudar as propostas de profissionalização para a pessoa com deficiência física/motora desenvolvidas no Município de Campinas. O mesmo surgiu da necessidade de se obter maiores informações das ações desenvolvidas pelas instituições públicas, privadas e filantrópicas no âmbito do treinamento profissional e preparação para o trabalho no Município.

De acordo com os dados do Censo do IBGE de 2000, detectou-se que 14,5% da população brasileira apresentam algum tipo de deficiência, perfazendo um total aproximado de 24,6 milhões de brasileiros. No que se refere às deficiências físicas/motoras, aproximadamente 1.665.693 pessoas apresentam tal deficiência. Segundo Pastore (2000), o Brasil possui uma das menores taxas de participação no mercado de trabalho de pessoas com deficiência; destes, os que trabalham no mercado formal somam cerca de 2%, enquanto que nos países desenvolvidos essa proporção é de 30% a 40%.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, em seu artigo XXIII, estabelece que todo homem tem direito ao trabalho, a livre escolha de um emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e a proteção contra o desemprego. Isso supõe todas as pessoas, incluindo as pessoas com deficiência, que como qualquer outra, tem direito ao trabalho, o dever de trabalhar para subsistir e a necessidade de ser útil a sociedade (MASSI, 1986).

Assim, justifica-se a importância de conhecer a realidade das pessoas com deficiência, ao nível local, no que se refere à profissionalização como aspecto fundamental na elaboração de estratégias que visem minimizar as diferenças e favorecer a inclusão social desta população.

Metodologia

O estudo teórico baseou-se em diferentes fontes escritas tais como: referenciais de saúde pública, políticas de saúde à pessoa com deficiência, recomendações internacionais, legislação, base de dados do Censo IBGE 2000.

Considerou-se nesse estudo, de acordo com o IBGE 2000, como deficiência física: tetraplegia, paraplegia, hemiplegia e falta de um membro ou parte dele e como deficiência motora: incapacidade de caminhar ou subir escadas, grande ou alguma dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas.

Para a realização do estudo de campo buscou-se a identificação de instituições de profissionalização no Município de Campinas para pessoas com deficiência física/motora e as que incluem esta população em seus programas, a fim de conhecer a realidade local para contribuições neste campo.

Utilizou-se para a identificação das instituições informações eletrônicas, consultas às listas telefônicas e às instituições do Município de Campinas a partir de palavras-chaves como: serviços sociais, institutos, fundações organizações não governamentais, profissionalização e preparação para o trabalho.

Após a identificação das instituições, iniciou-se através de ligações telefônicas, o levantamento de dados e coleta de informações. Primeiro foi solicitado que o responsável pelo programa/atividade de profissionalização e preparação para o trabalho atendesse a ligação; a seguir, questionou-se sobre a instituição incluir pessoas com deficiência em seus programas de profissionalização e preparação para o trabalho, destacando a deficiência física/ motora e finalmente questionou-se sobre a instituição ter experiências anteriores em relação à inclusão de pessoas com deficiência física/ motora em seus programas de profissionalização e preparação para o trabalho.

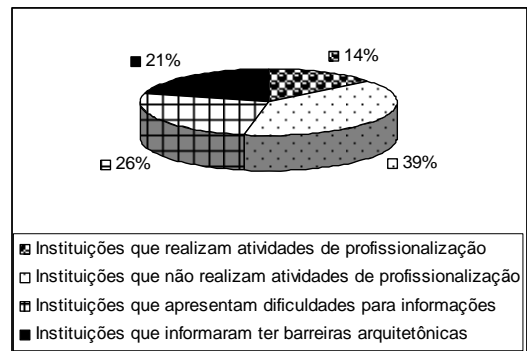
Das instituições de profissionalização levantadas em Campinas foram excluídas pelos critérios da pesquisa aquelas que se caracterizam como de educação e ensino técnico profissionalizante. Foram consideradas aquelas que desenvolvem programas/projetos voltados ao treinamento profissional e preparação para o trabalho, conforme definição da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Segundo a CIF (2003) considera-se treinamento profissional “participar de todas as atividades de um programa de formação profissional e aprender as disciplinas do programa curricular que preparam para um negócio, emprego ou profissão” e preparação para o trabalho “participar de programas relacionado à preparação para emprego, como realizar as atividades necessárias de um estágio, residência, contrato de aprendizado e treinamento em serviço”

Para o contato telefônico foram realizadas três tentativas no mesmo dia em horários diferentes, por um período de três dias.

Resultados

Para a realização do estudo entrou-se em contato com 52 instituições. A partir dos resultados colhidos em 42 instituições não específicas na atenção à pessoa com deficiência verificou-se que 14% realizam atividades de profissionalização com possibilidade de inclusão de pessoas com deficiência, 39% não realizam atividades de profissionalização; 26% apresentaram dificuldades para informações, e 21% informaram que apresentam barreiras arquitetônicas, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1- Distribuição percentual de instituições não específicas de atenção á pessoa com deficiência física/motora.



Conforme dados colhidos nas instituições que realizam atividades de profissionalização, observamos que nenhuma afirmou não incluir pessoas com deficiência física/ motora em seus programas de profissionalização. Portanto todas as instituições consultadas deveriam incluir esta população em seus projetos. No entanto, apenas 14% responderam que incluem pessoas com deficiência em suas atividades de profissionalização e 21% citaram apresentar barreiras arquitetônicas, comprometendo a inclusão desta clientela.

As barreiras arquitetônicas aparecem como importante aspecto que dificulta a inclusão da pessoa portadora de deficiência. Esse dado sugere a necessidade de revisão das práticas inclusivas, por vezes discriminatórias e excludentes.

Algumas instituições apresentaram dificuldades em disponibilizar informações. As razões para tais dificuldades foram: ligações não atendidas, telefones temporariamente fora de serviço, números inexistentes apesar de presentes nas listas telefônicas, ligações ocupadas, telefones residenciais, e, ainda, encontrou-se por parte dos informantes falta de informação sobre o serviço oferecido. Notou-se também através das consultas realizadas, pouco conhecimento sobre as pessoas com deficiência. Estas dificuldades de informação foram notadas em 26% das instituições pesquisadas.

O restante das instituições, 39%, de acordo com a formulação da pergunta realizada, por meio da consulta telefônica, afirmaram não possuir atividades de profissionalização.

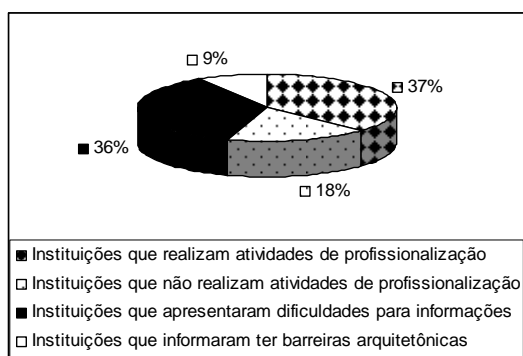
Os resultados acima mostram que a falta de informações claras e precisas sobre os serviços prestados podem dificultar o acesso das pessoas aos programas.

O Gráfico 2 mostra os dados das consultas telefônicas às instituições que atendem especificamente pessoas com deficiência. Algumas instituições foram localizadas a partir do contato realizado com o Centro de Referência à Pessoa Portadora de Deficiência de Campinas (CRPD) e outras são instituições mais conhecidas e antigas que realizam atenção a esta população. Das dez instituições localizadas, 37 % realizam a

atividade de profissionalização para esta clientela, 18% não realizam atividades de profissionalização e 9% informam ter barreiras arquitetônicas.

Em 36% das instituições encontrou-se dificuldades para informações devida a: números de telefones inexistentes, telefones temporariamente fora de serviço, respostas confusas dos informantes, muitas questões dos informantes, ligações não atendidas e ligações ocupadas, o que também pode dificultar o acesso da clientela.

Gráfico 2-Distribuição percentual de instituições de profissionalização para pessoas com deficiência física/motora.



Outro dado obtido nas consultas telefônicas, refere-se à dificuldade do informante responder em relação à pessoa com deficiência. Estes solicitavam muitas vezes esclarecimentos e em relação ao tipo e nível da deficiência. Isto sugere que a inclusão da pessoa com deficiência nas atividades de profissionalização das instituições depende do grau de capacidade funcional do indivíduo. Esses dados alertam para a falta de informação sobre as capacidades e limitações da pessoa com deficiência podendo representar um entrave no processo de inclusão.

De acordo com as informações obtidas a inclusão das pessoas com deficiência nos programas para inserção no mercado de trabalho, ainda é precária no Município de Campinas.

Discussão

Como foi possível observar através dos dados colhidos, algumas instituições tanto as que incluem como as específicas apresentaram dificuldades em disponibilizar informações. Segundo Dowbor (2004), essa situação alerta para a fragmentação e a desarticulação das informações, constituindo uma fraqueza e um entrave, que representa atualmente o maior desafio na implementação das redes sociais.

É necessária a ampliação das informações sobre a pessoa com deficiência, conscientização da sociedade e o esforço das instituições sociais para se reduzir os preconceitos e assegurar uma melhor integração destes na vida social.

Para Pastore (2000) “a idéia de inutilidade é exagerada e erroneamente generalizada. Isso tem a ver muito mais com a formação das concepções do que com a realidade das limitações. É um problema mais social do que individual”.

Segundo Ribas (2004), escassos ainda são os profissionais de recursos humanos, médicos do trabalho e líderes de áreas empresariais que conhecem os alcances e limites das pessoas com deficiência. “Muitos recrutadores e selecionadores sentem-se constrangidos em entrevistar e então não perguntam o simples: o que você consegue fazer? O que não consegue? Quais adaptações são necessárias para conseguir fazer?”

A Organização Mundial do Trabalho (OIT) estima que a taxa de desemprego entre as pessoas com deficiência é de duas a três vezes mais alta do que entre as pessoas sem deficiência.

Estudos mostram que através dos séculos, as atitudes preconceituosas se mantiveram relativamente estáveis.

As sociedades humanas avançaram muito pouco na superação dos preconceitos e estes foram apenas variando na sua manifestação.

Inserir as pessoas com deficiência no mercado de trabalho não é uma tarefa fácil. O acesso ao mercado de trabalho é uma das formas mais eficazes de proporcionar condições de inclusão a uma pessoa deficiente. Equiparação de oportunidades para conseguir e manter um emprego é uma condição indispensável se quisermos construir uma sociedade mais justa e democrática.

Conclusão

Sabe-se que o Brasil não dispõe ainda de dados seguros em relação às estimativas da inserção das pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho. Mesmo o IBGE, que trabalha com estes dados, afirma que faltam instrumentos para a realização de uma avaliação mais precisa.

A informação específica sobre esta população no município de Campinas é inexistente no site da Prefeitura Municipal de Campinas. Já os dados do IBGE referem-se ao Estado de São Paulo ou região Sudeste, sem nenhum detalhamento relativo ao município.

Constata-se que a partir dos resultados deste estudo que há enormes dificuldades de inclusão dessa parcela da população no mundo do trabalho. Sabe-se que a inclusão laboral permite ao indivíduo o seu desenvolvimento social, realização e possibilidades de autonomia e satisfação, possibilitando o desenvolvimento de capacidades e potencialidades tanto individuais quanto coletivas.

Analisando os dados encontrados na literatura e na pesquisa de campo, pode-se dizer que o Brasil possui uma base constitucional e um

conjunto de princípios legais que asseguram aos portadores de deficiência uma vida digna, porém, na prática ela ainda se encontra muito frágil. É imprescindível a manutenção desses princípios nas leis, mas somente a aplicação e a qualificação da prática é que promoverá a equiparação de oportunidades a essa população.

Referências

- DOWBOR, L. Sistema local de informação e cidadania. In: LASSANCE JR A. E.; MELLO, J. et al (org). **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2004.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2000: Características gerais da população. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 25 de abr. 2005.

- LISTEL ONLINE. Disponível em <http://www.listelonline.com.br>. Acesso em 24 de abr. 2006.

- MASSI, I. Preparação para o trabalho e determinação das condições adequadas para o exercício satisfatório de atividades. São Paulo: CENESP/ APAE-SP, 1986.

- CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE, INCAPACIDADE E SAÚDE. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

- PASTORE, J. Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência. São Paulo: Ltr, 2000.

- RIBAS, J. B. Pessoas com deficiência e emprego formal: As dificuldades que as empresas têm encontrado para contratar. Disponível em: <http://www.entreamigos.com.br>. Acesso em 23 de jan. 2007.